

BRANT, MÁRIO

*dep. fed. MG 1921-1922 e 1930; rev. 1930; pres. Bco Bras. 1930-1931; rev. 1932; const. 1946; dep. fed. MG 1946-1951; pres. Bco Bras. 1955-1956.

Augusto Mário Caldeira Brant nasceu em Diamantina (MG) no dia 15 de dezembro de 1876, filho de Augusto Afonso Caldeira Brant, descendente de tradicional família de contratadores de diamantes, e de Maria Hermínia de Caldeira Brant. Também atuaram na política seu irmão João Edmundo Caldeira Brant, deputado constituinte estadual em Minas Gerais, João Mata Machado, deputado federal, Álvaro da Mata Machado, senador constituinte, e Pedro da Mata Machado, deputado federal.

Após frequentar o curso de humanidades no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e em Barbacena (MG), matriculou-se em 1895 na Faculdade de Direito de Ouro Preto, na época capital de Minas Gerais. Transferindo-se depois para a Faculdade de Direito de São Paulo, colou grau em dezembro de 1898. De volta a Minas, assumiu o cargo de provedor de justiça da comarca de Diamantina, em que permaneceu até 1903. Ao mesmo tempo, exerceu a advocacia.

Em 1905 transferiu-se para o Rio de Janeiro e foi nomeado delegado da 5ª Circunscrição Policial da cidade. Em 1907 assumiu a chefia do serviço de informações da Diretoria de Povoamento do Ministério da Agricultura, e em 1911, tendo abandonado o cargo, assumiu a diretoria do boletim do Ministério da Viação, até 1917. Durante sua estada na capital federal, deu prosseguimento à atividade jornalística iniciada ainda em São Paulo, colaborando nos jornais *Gazeta de Notícias* e *A Noite* e na revista *Kosmos*. Trabalhou também na redação de *O Imparcial*, do qual chegou a ser redator chefe.

Retornando a Minas em 1919, fundou o jornal *Estado de Minas*. Reintegrou-se à política local, e, no ano seguinte, assumiu uma cadeira na Câmara estadual, em substituição a Afonso Pena Júnior. Em 1921, porém, renunciou ao mandato por ter sido eleito deputado federal na legenda do Partido Republicano Mineiro (PRM). Em 1922 foi nomeado secretário de Finanças pelo presidente de Minas Gerais Raul Soares e renunciou à cadeira na Câmara dos Deputados. Permaneceu na Secretaria de Finanças de Minas até 1925, quando, já no governo de Fernando de Melo Viana, se exonerou por ter sido nomeado diretor do Banco do Brasil. Logo depois, assumiu também uma diretoria da Companhia Sul América de Seguros.

Em agosto de 1929, logo depois dos discursos dos representantes de Minas e do Rio Grande do Sul na Câmara, marcando o rompimento desses estados com o presidente da República Washington Luís e dando início à campanha da Aliança Liberal, exonerou-se do cargo de diretor do Banco do Brasil e passou a se dedicar à campanha pela eleição de Getúlio Vargas e João Pessoa para a presidência e à vice-presidência da República. Em setembro, foi um dos políticos mineiros que participaram, no Distrito Federal, da convenção da Aliança Liberal que ratificou essas candidaturas.

Nas eleições de março de 1930, foi eleito deputado federal na legenda do PRM. No final de abril, foi inteirado da conspiração revolucionária em curso no país, comprometendo-se com a preparação do movimento em Minas Gerais. No mês seguinte, participou da reunião da comissão executiva do PRM em que esta endossou os compromissos formais anteriormente assumidos pelo presidente de Minas, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, com a revolução. Durante o período mais intenso de preparação do movimento, tomou parte em inúmeras reuniões e encontros para a articulação das ações revolucionárias no estado. Trocou ampla correspondência telegráfica com Virgílio de Melo Franco no período em que este permaneceu no Rio Grande do Sul (julho a outubro de 1930), servindo assim como elemento de ligação entre conspiradores mineiros e gaúchos e procurando coordenar os planos dos dois grupos. Segundo o próprio Virgílio de Melo Franco, Mário Brant era também um “habilíssimo criptógrafo amador”, capaz de decifrar os despachos trocados pelo governo federal e os comandos militares de Minas Gerais que os revolucionários conseguiam interceptar.

No dia 3 de outubro a revolução eclodiu, e Mário Brant permaneceu na Secretaria do Interior, juntamente com Odilon Braga, Djalma Pinheiro Chagas e Francisco Campos, na coordenação dos movimentos das forças revolucionárias em Minas. Após a vitória da Revolução de 1930, foi nomeado, em novembro, presidente do Banco do Brasil, e transferiu-se para o Rio de Janeiro.

Em agosto de 1931, a situação política de Minas Gerais agravou-se. O presidente do estado, Olegário Maciel, oscilava em relação ao PRM e estreitava suas ligações com a Legião Mineira, criada basicamente por elementos que só haviam assumido importância na vida política do estado depois da revolução. No dia 15 de agosto, Mário Brant chegou a Belo Horizonte, junto com outros correligionários de Artur Bernardes que acompanhavam o ex-

presidente, para participar de uma reunião do PRM. Na ocasião revelou-se o favorecimento do secretário da Agricultura, José Monteiro Ribeiro Junqueira, pelo governo estadual, o que provocou certa comoção no estado.

No dia 18 de agosto, houve uma tentativa de deposição de Olegário Maciel. A partir desse episódio, acirraram-se as divergências entre o PRM e os revolucionários mais radicais, tanto os da Legião Mineira quanto, em nível federal, os membros do Clube 3 de Outubro. Em consequência dessa crise, em setembro exoneraram-se da alta administração federal os perremistas Mário Brant, da presidência do Banco do Brasil, e Afonso Pena Júnior, da direção de uma das carteiras do mesmo banco, bem como o ministro da Educação Francisco Campos, líder da Legião Mineira.

Entretanto, com o desenrolar da crise, promoveu-se o chamado “Acordo Mineiro”, visando a fundir a Legião com o PRM num partido único, que desse apoio tanto ao governo estadual quanto ao governo federal. Em consequência do acordo, foi fundado, em fevereiro de 1932, o Partido Social Nacionalista (PSN), cujos estatutos foram elaborados por Mário Brant. A atividade do PSN, contudo, durou pouco, e logo depois de sua criação Mário Brant e os demais seguidores de Artur Bernardes em Minas já mantinham os primeiros contatos com os constitucionalistas de São Paulo, conspirando para a derrubada do governo. Com a eclosão da Revolução Constitucionalista em julho, Mário Brant procurou inicialmente dificultar a ação da Força Pública mineira contra as forças paulistas. Ao mesmo tempo, fez intensa propaganda em favor dos revoltosos em Belo Horizonte. Logo após a derrota do movimento, foi preso e exilado, e teve seus direitos políticos cassados.

Retornando ao país, candidatou-se à Câmara dos Deputados nas eleições de outubro de 1934 e obteve uma suplência na bancada do PRM. Em 1943, integrava a Resistência Democrática, que procurava aglutinar a oposição a Getúlio Vargas. Foi um dos signatários do *Manifesto dos mineiros* (24/10/1943), uma das primeiras manifestações de oposição da elite política à ditadura do Estado Novo. Em consequência, devido a pressões governamentais, foi afastado do cargo de diretor do Banco Hipotecário Lar Brasileiro, que era uma empresa privada.

Em abril de 1945, participou da primeira reunião do diretório nacional da União Democrática Nacional (UDN). Foi então nomeado membro da comissão de estudos administrativos e financeiros, uma das comissões constituídas naquela oportunidade para

colaborar na elaboração do anteprojeto de estatutos da UDN.

Em dezembro do mesmo ano, foi eleito deputado por Minas Gerais à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Republicano (PR), com mandato até janeiro de 1951. Durante seu mandato foi membro da Comissão de Finanças da Câmara. Em março de 1947 ausentou-se para assumir o posto de secretário de Educação e Saúde Pública em Minas Gerais (governo Milton Campos), cargo em que permaneceu até dezembro do mesmo ano. Em novembro de 1949, como chefe da ala liberal do PR, apoiou o lançamento da candidatura do udenista Milton Campos à presidência da República pelo PR.

Entre 1954 e 1956, ocupou por duas vezes a diretoria da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, tendo assumido também, interinamente, a presidência do banco entre novembro de 1955 e fevereiro de 1956.

Morreu no Rio de Janeiro no dia 2 de dezembro de 1968.

Era casado com Alice Dayrell Brant, que sob o pseudônimo Helena Morley escreveu a obra memorialística *Minha vida de menina*. Uma de suas filhas, Inês Caldeira Brant, casou-se com Abgar Renault, ministro da Educação e Cultura (1955-1956) e do Tribunal de Contas da União (1967-1973).

Publicou *Viagem a Buenos Aires* (1917) e *Catecismo cívico e ilusões financeiras* (discurso parlamentar).

Helena Faria

FONTES: ANDRADE, F. *Relação*; ARQ. GETÚLIO VARGAS; ARQ. MUSEU HIST. BANCO DO BRASIL; ARQ. OSVALDO ARANHA; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CHAGAS, P. *Esse*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Diário do Congresso Nacional*; DUARTE, P. *Prisão*; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FONTOURA, J. *Memórias*; FRANCO, A. *Escalada*; FRANCO, V. *Outubro*; HEILBORN, M. *Oligarquia*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; HIPÓLITO, L. *Manifesto*; *Ilustração Brasileira* (7/9/1922); LEITE, A. *História*; MONTEIRO, F. *Banco*; MONTEIRO, N. *Dicionário*; MORAIS, A. *Minas*; NABUCO, C. *Vida*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; *Rev. Arq. Publ. Mineiro* (12/1976); SILVA, G. *Constituinte*; SILVA, H. 1926; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1931.